

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
MODALIDADE EAD

Bárbara Lombardi Correia da Silva

**DANÇA E INCLUSÃO:
UMA IDEIA POSSÍVEL**

Formosa
2013

Bárbara Lombardi Correia da Silva

**DANÇA E INCLUSÃO:
UMA IDEIA POSSÍVEL**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás como requisito para finalização do curso de Licenciatura em Educação Física.
Orientador: Prof. Dr. Márcio Pizarro Noronha

Formosa
2013

Bárbara Lombardi Correia da Silva

DANÇA E INCLUSÃO: UMA IDEIA POSSÍVEL

Esta monografia foi aprovada em sua forma final

Formosa, 14 de dezembro de 2013.

Prof. Dr. Márcio Pizarro Noronha
Orientador (a)

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que de modo ímpar e especial, suscitaram neste momento de minha vida uma reflexão sobre que profissional desejo ser: o aluno. De maneira diversificada e em situações diferentes, fizeram com que ansiasse mais e mais por entender, para atendê-lo melhor dentro do seu processo particular de aprender. Deste ponto de partida sou feliz por ter adquirido mais esse conhecimento neste tempo de estudo e troca de experiência, provocando assim um novo olhar para o mundo. De modo especial e singular a minha filha Yasmim sentido primeiro de minha razão de ser cada vez melhor como ser humano.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida por guiar meus passos, por me oportunizar tantas conquistas e por ter me concedido essa oportunidade de crescimento pessoal, pois sem Ele nada seria possível;

Agradeço também a minha família pelo incentivo e apoio aos colegas do curso pela convivência e amizade construída durante todo esse tempo;

Aos orientadores, examinadores, mestres, que gentilmente compartilharam seus conhecimentos, contribuindo para minha formação não só profissional como humana, tenho grande admiração e respeito por seus trabalhos para conosco enquanto alunos.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Mantoan, 1997)

RESUMO

A proposta e elaboração deste trabalho visaram uma explanação sobre as questões relacionadas ao processo de inclusão do educando deficiente, mais precisamente no que tange ao uso da dança como método inclusivo. Este estudo traz análise e premissas do entendimento e percepção dos conceitos pertinentes à prática que envolve a sistemática do processo de inclusão considerando o crescimento e avanço dos atendimentos ao educando deficiente, uma vez que este tem demonstrado pronta capacidade em se posicionar como ser atuante e agente participativo na sociedade onde está inserido. Na elaboração deste foram utilizados como fonte materiais pedagógicos digitais, leituras de artigos referentes ao tema, analisando uma média de 30 referências. Considerando se tratar de uma pesquisa bibliográfica a observação exploratória foi necessária para formulação de ideia a partir de uma realidade conhecida o que foi possível através da visita a uma escola de ensino especial e o ensaio e apresentação do Projeto Pés?. Para um melhor entendimento sobre o processo inclusivo atual, uma compreensão sobre novos conceitos, terminologias e responsabilidades, fez-se necessário uma abordagem histórica através de parâmetros, de apontamentos teóricos e outros dispositivos legais, que orientam sobre as responsabilidades e práticas de cada setor social e função junto ao processo de formação acadêmica, cultural, de proporção de lazer, do indivíduo que apresenta uma diferença seja ela de natureza física, motora, sensorial. Dentro dos objetivos deste trabalho, realizar o resgate histórico legal sobre educação especial foi de grande valia tanto para reforçar a importância de cada tempo e assim fazer um paralelo do que ainda precisa ser modificado para inserir o educando deficiente de maneira ativa e diversa. Outro objetivo é explanação informativa sobre como a dança pode complementar a vida do educando deficiente principalmente sua relação como meio onde esteja inserido.

Palavras-chave: Inclusão; Dança; Movimento; Participação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO E DANÇA UMA IDEIA POSSÍVEL.....	13
1.1 O ensino da dança articulando o processo de inclusão.....	13
1.2 Um breve histórico sobre Educação Especial/Inclusão.....	15
1.3 O processo transitório de integração e inclusão.....	17
CAPÍTULO II - A MULTIPLICIDADE DE PROCESSOS DE INCLUSIVOS.....	20
2.1 Inclusão Educacional: o papel da escola e do professor.....	20
2.2 Alunos da educação especial e a dança: uma expectativa.....	23
CAPÍTULO III - AS MANIFESTAÇÕES E A LINGUAGEM DOS MOVIMENTOS EM NOSSA VIDA.....	26
3.1 O movimento e a dança: algumas relações.....	26
3.2 Dança: manifestações e benefícios	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

INTRODUÇÃO

A cada época que se passa acreditamos na possibilidade de mudanças satisfatórias com relação a épocas passadas. Mas o que vemos são muitos livros, revistas, artigos, enfim teorias que se acomodam e não são colocadas em prática. Para que algo seja modificado devem-se haver ações que possibilitem causar mudanças favoráveis.

Iniciativas mais esperançosas e emergentes são necessárias serem planejadas, para que o processo de inclusão do deficiente seja de fato concretizado, bem como oportunizar que o mesmo demonstre sua capacidade independentemente de sua limitação física, mental ou sensorial.

Nesse trabalho embasado em fundamentos teóricos, estudos bibliográficos e mediante uma pesquisa exploratória venho apresentar reais possibilidades de socialização, integração e os benefícios pessoais e sociais que as pessoas com deficiência podem ter mediante um trabalho de envolvimento com a dança.

No decorrer do curso tive diversas disciplinas, nas quais todas foram extremamente importantes para meu crescimento pessoal como futura docente, porém duas disciplinas me chamaram mais atenção às quais irei discorrer a seguir.

O meu primeiro contato com a dança em uma perspectiva metodológica foi no 4º Período no ano de 2011 do curso, com a disciplina de Pesquisa e Ensino em Dança Educação ministrada pela Professora Formadora Marlini Dorneles de Lima¹ e pela Orientadora Acadêmica Lívia Patrícia Fernandes².

O estudo dessa disciplina possibilitou perceber o quanto a dança se trata de uma arte completa, na qual todo corpo pode se movimentar, independentemente de qualquer limitação.

¹ Marilini Dorneles de Lima é professora assistente e coordenadora do Curso de Dança da Universidade Federal de Goiás e Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina.

² Lívia Patrícia Fernandes, graduada em educação física pela UFG (2005), graduação em fisioterapia pela UEG (2007) e graduanda em dança pela UFG (2011). Especialista em pedagogias da dança (2010). Especialização em reeducação postural global para reintegração do ser - RPG/RS (2007). Atualmente é professora efetiva de dança do Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte, da Secretaria de Estado da Educação de Goiás - SEDUC. Integra o núcleo de desenvolvimento curricular - SEDUC, debatendo a construção das orientações curriculares para o ensino fundamental e médio.

Outro contato importantíssimo solidificou meu interesse no tema para monografia, quando no 6º período no ano de 2012, com a disciplina de Introdução aos Estudos do Lazer ministrada pelo Professor Formador Ari Lazzarotti Filho³ e a Orientadora Acadêmica Fernanda Cruvinel Pimentel⁴, ao fim dos estudos dessa disciplina foi proposto que realizássemos um projeto com o intuito de abordar a importância do lazer para um determinado público, meu primeiro pensamento foi desenvolver esse projeto voltado para pessoas com deficiência, pois na minha concepção trata-se de um público menos favorecidos de lazer, especificamente alunos da Escola de Ensino Especial Criança Feliz do município onde moro. Partindo desse ponto já realizava nesse momento, devido o interesse instigado nas aulas da Professora Marlina Dorneles e do Professor Ari Lazzarotti, as leituras relacionadas ao tema, como forma de certificação sobre a realidade mencionada nas leituras, procurei visitar o ensaio e assistir uma apresentação do Projeto Pés?.

Ao visitar a escola supramencionada em vários momentos desde as atividades realizadas em sala de aula até mesmo momentos da recreação, entrada e saída dos alunos, intuindo estabelecer um contato com os alunos para a realização do projeto percebi o quanto são limitadas as suas opções de lazer e de oportunidades na vida social. O pouco tempo que estive presente através de conversas informais com professores e alguns pais percebi o quanto é monótona e mecanizada a vida daqueles alunos, onde muitas vezes os momentos de socialização acontecem em maior parte no ambiente escolar.

Os períodos de pesquisa foram muito proveitosos, pois as leituras, a cada momento aguçam o desejo de fazer a diferença, em ter um melhor e mais esclarecimento sobre a realidade atual e principalmente desenvolver um olhar mais apurado. Dentre os fatores que provocaram esse acontecimento, conhecer colaboradores, profissionais, pais e os próprios alunos da educação especial/inclusão tiveram grande parcela de responsabilidade.

A partir daquela situação suscitou-me uma necessidade de tentar e fazer algo para demonstrar que pessoas com deficiência são merecedoras a novas oportunidades como

³ Ari Lazzarotti Filho, graduado em educação física pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em educação pela UFG e doutor em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴ Fernanda Cruvinel Pimentel, mestre em educação física pela UNB (2013). Especialista em docência no ensino superior (2012). Licenciada em educação física pela Universidade Federal de Goiás (2010). Integrante do grupo de estudos e pesquisas em esporte, lazer e comunicação - GEPELC FEF/UFG; e do grupo de pesquisa e formação sociocrítica em educação física, esporte e lazer – AVANTEFEFUNB. Coordenadora de tutores EAD/UFG.

qualquer outra pessoa que não tenha nenhum tipo de deficiência, quer lhes seja dado à devida condição. A possibilidade de trabalhar a dança com pessoas deficientes seja essa deficiência de qualquer natureza é possível, e esse é um dos objetivos que busco mostrar nesse trabalho, onde sua elaboração se deu pelo início da escolha do tema em questão.

Após o contato com essas disciplinas que me oportunizaram um leque de possibilidades e através da pesquisa de campo, foi possível expandir minhas ideias e conhecimentos, desse ponto então já havia formado um pequeno fragmento do que trabalhar em minha pesquisa.

O foco central para a sequência da ideia inicial foi o contato que tive com um grupo de dança chamado “Pés?”⁵, no qual desenvolve um projeto com a dança para pessoas com qualquer deficiência, com objetivo principal de possibilitar uma criação artístico-expressiva através da dança.

Por meio da dança, o aluno experimenta outro meio de expressão diferente da palavra. É importante situar e compreender as relações entre corpo dança e sociedade, focando no aluno deficiente. E para atender esses objetivos propus trabalhar com temas que retratem, desenvolvam e contribuam para a consciência corporal; expansão do vocabulário de movimento; e o processo inclusivo nas esferas educacional e social.

No primeiro capítulo dentro do problema levantado sobre o processo de inclusão, o deficiente e a dança, os princípios que norteiam as dificuldades ainda encontradas para o processo de inclusão discorro sobre os impedimentos encontrados e criados para utilização da dança, fazendo uma explanação sobre as mudanças nos âmbitos sociais, políticos e educacionais pertinentes a educação especial bem como seu amparo legal no decorrer do tempo até os dias atuais.

Dentro do segundo capítulo é feito uma argumentação objetiva sobre a importância e os benefícios do ensino da dança para o educando deficiente, ou qualquer outro sujeito que apresente uma limitação de natureza motora ou sensorial. No último foram registrados alguns pontos importantes sobre o movimento humano, endossando também a prática da dança para o deficiente nas áreas educativas, bem como de lazer, profissional, como

⁵ Pés? é um Projeto de Extensão e Ação Contínua (PEAC) da Universidade de Brasília – UNB, que visa a sistematização de um trabalho corporal expressivo, possível para pessoas com deficiência física, sensorial ou intelectual. O processo de laboratório busca relacionar práticas de exercício corporal com a pesquisa de criação de movimento expressivo por pessoas com deficiência.

mediadora no processo de inclusão, por apresentar e demonstrar melhoria na qualidade de vida dos mesmos, registro os benefícios associados à dança relacionando com o Projeto Pés?, promotor de um trabalho extraordinário de socialização e inclusão, mostrando que qualquer corpo pode dançar e se expressar.

Conforme referenciado nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997, p.41) “...é possível integrar essas crianças ao grupo respeitando suas limitações e ao mesmo tempo dar oportunidade para que desenvolva suas potencialidades.”.

CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO E DANÇA UMA IDEIA POSSÍVEL

1.1 O ensino da dança articulando o processo de inclusão

É importante o ensino da dança para o educando deficiente em uma abordagem interdisciplinar, que por sua vez, possibilita dentro de um processo criativo, dinâmico e lúdico estimular a autonomia e liberdade do indivíduo, estabelece uma relação de proximidade com o outro e consigo. Por meio de movimentos experimentados através da dança, o sujeito tem a possibilidade de desenvolver o domínio do corpo, elaborar e controlar melhor seus movimentos.

Dessa forma, Arribas (2002) comenta que dentro do conteúdo da Educação Física escolar, a dança objetiva levar a conhecer as qualidades do movimento expressivo como leve/pesado, forte/fraco, rápidos/lentos, fluidos/interrompidos, intensidade, duração, direção, sendo capaz de analisá-los a partir destes referenciais; conhecer algumas técnicas de execução de movimentos e utilizar-se delas.

No trabalho da disciplina de Educação Física o corpo é utilizado devido sua mobilidade. Na cultura corporal alguns movimentos associados produzem jogos, esportes, ginásticas, danças, que são atividades de pertinentes também a área da educação física. Desde muito cedo fica evidente a comunicação através dos movimentos corporais, sendo que estes transmitem uma mensagem, estabelecendo uma comunicação (ARRIBAS, 2002, p. 84).

Sendo assim, pode-se entender que quando bebê, por ainda não fazer uso da fala elaborada, sua comunicação acontece por meio de sua movimentação que é entendida por sua mãe, logo depois no seu ingresso na escola quando proposto atividades lúdicas, sua participação em distintas brincadeiras, pode evidenciar suas habilidades e preferências.

Fisicamente nossos biótipos são diversificados, tanto em estatura, massa corpórea e até mesmo os aspectos sociais, políticos e culturais evidenciam as diferenças corporais.

De acordo com Mantoan (1997), a inclusão social está associada às pessoas que não tem a mesma oportunidade dentro de um meio social. Vivemos em uma sociedade heterogênea, com uma diversidade cultural riquíssima, mas ainda assim nos é imposto um padrão de normalidade.

Persistem ainda uma exclusão social que atinge os menos favorecidos financeiramente, os idosos, os negros, os deficientes e até as mulheres, que são julgados erroneamente sendo classificados e considerados por suas condições particulares, como menos capacitados, inválidos, vergonhosos.

Essa postura é lamentável, ao se reportar que o idoso de hoje, por exemplo, teve sua contribuição enquanto cidadão em tempos passados, bem como os negros, índios, as mulheres que mesmo antes da conquista de seus direitos, foram verdadeiras agentes transformadoras na sociedade, considerando seu papel de mãe, esposa, professora, em todas as áreas e época, mesmo distintas cada um teve sua parcela de participação nos direitos adquiridos.

Segundo Carmo (1991, p.21), “os problemas sociais que envolvem os ‘deficientes’ acompanham os homens desde os tempos mais remotos da civilização”.

Os procedimentos a serem tomados a cerca de tentar mudar esse quadro não depende apenas do Estado, mas também de outros setores e pessoas envolvidos neste processo, como os professores, amigos, família, toda a sociedade tem parte na luta pela efetivação do processo de inclusão social para se cumprir uma determinação legal amparada e respaldada em lei na busca de uma igualdade entre todos (CARMO, 1991, p. 23).

Vivemos em uma sociedade dita inclusiva, heterogênea, democrática, somos regidos por uma constituição que nos apresenta direitos, deveres, obrigações, porém após muitas mudanças, das quebras de paradigma, das conquistas adquiridas nos deparamos com situações conflituosas que causa tristeza e indignação.

A questão da educação de modo geral é sempre pauta constante em todos os momentos das nossas vidas, principalmente por sua necessidade de alterações e adaptações.

Laban (1990) considera a esse respeito, direcionando para a educação especial/inclusão temos muito a festejar por conquistas alcançadas, o que percebo ser emergente e fazer com que de fato seja praticado muito do que já está garantido em lei, o que se torna um novo entrave, pois é sabido que a morosidade e a burocracia brasileira é um grande empecilho para que as coisas se efetuem mais dinamicamente.

O trabalho com o aluno deficiente que apresente dificuldades de várias naturezas, por vezes parece bem complexo, pois, diante de um sistema de ensino precário e limitado, desenvolver ações pedagógicas satisfatórias que prepare e o habilite para uma vida social ativa de modo que ele seja participador, não é tarefa fácil.

Neste aspecto, de acordo com Marques (2003):

...a Dança é por nós considerada uma prática corporal que potencializa o processo de descoberta do próprio corpo e do corpo do outro e suas relações na/com a cultura, haja vista o fato desta, fomentar ações como sentir, conhecer, expressar, explorar, expandir e transformar as subjetividades impressas no movimentar de cada um. (MARQUES, 2003, p. 102).

Todo o trabalho proposto em atividades com movimentos dançantes precisam ser diversificadas, e partir do interesse do aluno, para se estabelecer uma relação interativa. Cada ser é parte de um mundo, que vai se completar com o outro numa coletividade. A ação do ensino através da dança como método inclusivo propõe flexibilidade, disposição, interesse, preparação e boa articulação dos intermediadores dessa ação.

Durante a visita a Escola de Ensino Especial Criança Feliz do município que moro e através da visita a uma apresentação e ensaio do Projeto Pés?, percebi que todos envolvidos no processo de ensino seja na sala de aula ou nos ensaios, como é o caso dos alunos/dançantes do referido projeto, demonstraram compromisso e um certo entendimento sobre as patologias apresentadas.

Essa postura torna esse processo da dança, por exemplo, mais seguro, prazeroso, principalmente por se considerar como ponto de partida que o sujeito/aluno se trata de um ser único, com suas singularidades, suas potencialidades, sendo óbvio que suas respostas aos estímulos dos ambientes serão particulares, por serem diferentes uns dos outros. É imprescindível ter conhecimento na área da educação inclusiva para ser prudente e eficaz.

1.2 Um breve histórico sobre Educação Especial/Inclusão

A história da Educação Especial apresenta muitas variações ao longo do tempo, demonstrando estar estreitamente ligada às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos do país. Inicialmente a ideia de alfabetização para os colonizadores, tinha como objetivo instrumentalizar a população, ensinando-a a ler e a escrever. Porém para com aqueles que apresentassem alguma deficiência, em momentos distintos o comportamento era diferente, chegando-se até a exclusão ou discriminação ainda que velada por parte de todos que não tinham uma

orientação precisa sobre a condição verdadeiramente do indivíduo que era acometido por uma limitação de qualquer natureza.

As políticas públicas educacionais, de acordo com Mazzota (1998) só se efetivaram a partir da necessidade de qualificação e diversificação da força de trabalho assim, a problemática da educação especial ganha expressão neste período. A Constituição Federal consolida o dever do Estado em relação ao ensino.

Fez-se necessário, portanto, de acordo com Mazzota (1998), que o processo educativo interferisse na estrutura social que produzia uma postura de preconceito velado, por isso, os deficientes após passarem por todos os problemas dos séculos passados deveriam receber uma oportunidade de inserção na sociedade de maneira mais justa e compatível com sua singularidade, receber uma educação de base partindo sempre de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação de origens dos seus problemas e das possibilidades de superá-los.

Segundo Gallahue e Ozmun (1990), os dispositivos jurídicos não têm se mostrado suficientes para impor ao Estado o cumprimento de sua obrigação com a educação, também no que se refere à modalidade de educação especial, nem consegue atender as exigências de educação justa para todos.

Os autores advertem que quando se fala em educação é pertinente voltar no tempo e fazer um recorte nos aspectos históricos que dizem respeito a conquista pelo saber onde outrora era determinado por meio de teorias e práticas segregadoras de acesso restrito para poucos. Nesse período histórico, alguns indivíduos eram conduzidos a integrarem e participarem de ambientes sociais que criavam e transmitiam conhecimentos através de modelos homogeneizados de ensino e aprendizagem, desencadeando uma exclusão velada.

No âmbito educação inclusiva, os alunos, em outros tempos foram rotulados com denominações depreciativas e discriminadoras, a saber, pessoas excepcionais, pessoas deficientes, portadores de deficiência, entendia-se que estes necessitavam de uma ajuda especial que era oferecida em um espaço segregado e diferenciado do sistema educacional como um todo. Em meados do século XX, muitos movimentos sociais estavam empenhados em uma luta contra várias formas de discriminação, principalmente as que dificultavam o exercício e o direito de cidadão das pessoas que apresentassem alguma deficiência (GALLAHUE e OZMUN, 1990, p. 122).

Nos tempos passados em certos momentos fomos condicionados culturalmente, interiorizamos preconceitos e reproduzíamos estigmas que nos eram inculcados. Isso acontecia porque o acesso ao saber era restrito e não se tinha uma idéia própria do deficiente,

afinal até o contato com eles era mínimo, pois esses sujeitos àquela época outrora foram condenados à exclusão, ao extermínio, abandono em locais isolados como sanatórios e hospitais. Era uma cultura daquele tempo.

Na antiguidade ainda existem uma visão mística sobre os deficientes, pensava-se que ele nascera nessa condição por culpa de pecados cometidos por seus pais, ou por forças e ações sobrenaturais. Desta maneira repugnância e medo eram sentimentos gerados para os mesmo de modo tão ignorante que muitos povos sacrificam seus filhos após o nascimento quando eles apresentavam deficiências, síndromes ou falta de algum membro.

Após a Proclamação da República (1889) as escolas públicas timidamente começaram atender alunos com deficiência mental no Rio de Janeiro. Desse marco brasileiro, a partir da década de 20, a expansão das instituições de educação especial, em sua maioria entidades privadas, foi maior embora ainda apresentassem um caráter assistencialista.

1.3 O processo transitório de integração e inclusão

Especificamente na década de 60, o capitalismo chega ao Brasil, nessa época aconteceu uma mudança de paradigma, surgiram centros de reabilitação para todos os tipos de deficiências. Eram serviços postulados, por um novo pensamento de integrar a pessoa deficiente na sociedade em suas diversas instâncias.

Para Castel (2000), essa integração tinha como objetivo o ensino conjunto de crianças ditas normais com portadores de deficiência. A integração escolar centrava-se nas aptidões que alunos deficientes deveriam ter para freqüentarem o ensino regular.

O paradigma da integração propunha uma visão assistencialista, ofertando educação compensatória e preparatória. O processo na integração era treinar o aluno para adequar-se a determinado contexto onde sua habilidade deveria acompanhar ao aluno dito normal.

Na perspectiva da Inclusão, Castel (2000) comenta que propõem-se a constituição de um sistema educacional que atenda as necessidades educacionais demandadas, incluir o aluno promovendo e oportunizando o convívio com a diversidade, considerando seu estilo,

ritmo, diferenças e tempo para aprender, todas essas apontamentos assegurados por meio de um currículo apropriado, modificado propositalmente.

O atendimento ao aluno deficiente ou que apresente qualquer outra condição diferenciada de aprendizagem, por se tratar de uma questão de respeito ao direito a educação deve estar embasado nos princípios universal de cidadania e dignidade humana.

Até se desenvolver uma prática de inclusão, conforme informa Ferreira (1994), a educação especial teve em suas fases marcantes o período da segregação, depois o das práticas de integração. Com a integração as mudanças norteiam de forma para que as escolas comuns devessem aceitar a criança ou adolescente em classes ditas comuns.

Ferreira (1994) comenta que os anos de 1980 foram importantíssimos para a discussão dos direitos humanos. Vários profissionais de áreas diversas se mobilizaram para discutir sobre suas funções na sociedade.

A história da educação não é dissociada da história de um povo, sua cultura, necessidades, crenças. É possível perceber que o tratamento ofertado ao deficiente foi sendo modificado e melhorado com o passar de tempo de acordo com a necessidade do momento, prova disso é que ainda hoje continuamente se estabelecem leis e diretrizes para consolidação de uma postura de igualdade que trate o educando como ser social ativo independente de sua condição física (FERREIRA, 1994, p. 72).

Retomando aos anos de 1990, tivemos no Brasil um movimento em defesa de uma sociedade para todos, que foi iniciado pela Organização das Nações Unidas - ONU, configurando a implantação da inclusão. Neste tempo foi enfatizado que se podia alcançar uma educação de qualidade para todos, provocando a necessidade de se elaborar e implantar ações inovadoras no âmbito educacional.

Partindo dessas discussões no ano de 1994, em Salamanca (Espanha) um encontro no período de 07 a 10 de junho, entre 92 governos e 25 organizações internacionais, realizou-se uma Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais, encontro que resultou em um documento intitulado “Declaração de Salamanca” que marcou época e determinou muitas transformações no âmbito da educação nacional, em específico para a educação especial, inclusão de todos os alunos no sistema de ensino convencional como princípio fundamental do atendimento educacional e proclama que as escolas comuns representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, ressaltando que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas,

intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicos ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (BRASIL, 1997, p. 17 e 18).

Acolher todas as crianças nas escolas é o princípio fundamental orientador da Declaração de Salamanca. Nela destaca-se que a Escola por seu espaço tem condições de assegurar ao educando, possibilidades de aprenderem juntas e a importância da vivência entre crianças, não considerando suas particularidades de natureza física, intelectual, emocional, social ou quaisquer outros fatores. Outro aspecto referenciado, muito importante abordava sobre a formação adequada e apropriada ao professor que devia estar preparado para receber o aluno independente de sua condição particular de aprendizado.

Em 1994, dentro das discussões sobre a Política Nacional de Educação Especial, o conceito de educação inclusiva foi difundido. Segundo Mantoan (1997) a noção de inclusão por sua vez, institui a inserção de todas as pessoas de forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere a vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na “corrente principal”. A meta da inclusão é não deixar ninguém de fora do ensino regular, desde o começo de vida acadêmica.

Para as escolas inclusivas, propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente que apresentem dificuldades na escola, mas apóia a todos, professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Em âmbito geral as orientações diversas conclamadas pela Declaração de Salamanca estavam atendendo a aquela época, aquela situação, naquele momento. Então para esse tempo algumas dessas orientações já foram modificadas e adaptadas a atual realidade. Surgiram a partir desse e de outros documentos novas políticas de inclusão, termos, nomenclaturas, e a chamada escola inclusiva.

Ao se considerar o quadro atual da educação oferecida aos deficientes, com épocas passadas, certificam-se evolução em relação ao tratamento, políticas educacionais pertinentes, preconceito e mais oportunidades do meio social, entre tantas outras quebras de paradigmas que estigmatizavam a condição de habilidade do deficiente.

CAPÍTULO II - A MULTIPLICIDADE DE PROCESSOS DE INCLUSIVOS

2.1 Inclusão Educacional: o papel da escola e do professor

O sistema educacional brasileiro está organizado em dois grandes níveis: a Educação Básica e o Ensino Superior. A Educação Básica é subdividida em Educação Infantil (creches para as crianças até três anos e pré-escola para crianças de quatro a cinco anos), pelo Ensino Fundamental (com nove anos de duração) e o Ensino Médio de, no mínimo, três anos.

A organização da educação básica precisa ser flexível para atender aos indivíduos, crianças, jovens, adultos, o educando deficiente, com transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O direito de todas as pessoas à educação é resguardado pela política internacional nos ideais democráticos de igualdades de oportunidades, portanto, é desejável que o Brasil leve em conta estas preocupações e consolide substancialmente, em sua prática, educação para todos.

De acordo com Ferreira e Glat (2003), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a Conferência de Educação Para Todos, de 1990 em Jomtien na Tailândia, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, de 1994 em Salamanca na Espanha, deixou claro e reafirmou o direito à educação para todos independente de suas singularidades e diferenças individuais.

Reforçado pela Constituição Federal e por outros instrumentos legais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Ferreira e Glat (2003) consideram que os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, e tantos mais, o direito a inclusão do educando deficiente vive em constante processo reformulações e adequações para sair da teoria e virar uma prática.

É necessário que a escola em sua função como agente integrador social, complementando o trabalho da família, primeiro grupo coletivo a que a criança pertence e participa ofertar ensino que habilite o educando na construção de sua realidade, estimulando interesse e provocando a formação de sua autonomia, desenvolvendo no mesmo um sentimento de pertença como ser social.

Neste sentido, Omote (1994) comenta que o ideário de educação para todos no Brasil, ainda é um grande desafio, tendo em vista, que dentre as maiores dificuldades no atual contexto educacional a qualidade do ensino ainda remete na exclusão de uma grande parcela

da população. As práticas educativas precisam ter uma relação com a vivência do educando, ser compatível e condizente com sua realidade, para que se consolide uma aprendizagem significativa.

Omote (1994) comenta ainda que todo o sistema educacional, professores, agentes educativos, a própria escola é exigido que se posicione de maneira diferente, modifiquem sua prática e didática de ensino, se atualizem para reestruturar a instituição por completo e assim ofertar dignamente educação para todos. A escola precisa estar preparada para receber o educando como ele assim se apresentar. As salas que recebem alunos deficientes ou outra condição atípica são marcadas pela riqueza na troca de experiências, justamente pelo encontro das diferenças.

O autor ainda comenta que são necessários mais que simples programas de inclusão para que o aluno com deficiência tenha acesso a uma educação que lhes possibilite participar plenamente como cidadão da vida política, econômica e cultural da sociedade a que pertença.

Desta forma, percebe-se que a ampliação de oportunidade de sua escolarização é fator imprescindível para que diante das dificuldades da sociedade contemporânea o sujeito tenha conhecimentos para saber como agir nas mais variadas situações impostas pelo avanço tecnológico e pelas transformações que vem se processando no mundo do trabalho e nas relações sociais, culturais, éticas.

Para formar uma nação de cidadãos letrados e críticos, a União precisará investir em educação de qualidade a todas as modalidades de educação e ampliar para esporte, cultura, lazer, entre outros, precisará proporcionar a população condições de acesso a estes serviços.

No atual momento acontecem mudanças de paradigmas na educação, estas que são provocadas pelas novas tecnologias e pelo novo modelo de mercado trabalhista. As novas habilidades requeridas são de sujeitos que respeitem a natureza, que sejam autônomos e que saibam viver em grupo respeitando as diferenças.

Segundo as ideias e considerações trazidas por Omote (1994):

Cor de pele, olhos, estatura, biótipo físico e peso, não podem ser requisitos que determinem padrões a serem seguidos, ao passo que se esteja em desacordo com esses modelos específicos, seja excluído do padrão da normalidade. Somos e seremos sempre diferentes em todos os aspectos, sejam eles físicos, financeiros, culturais (OMOTE, 1994, p. 72).

As substanciais modificações que a atividade educativa está sofrendo, tanto na organização escolar como nas propostas curriculares, afetam diretamente o corpo docente e discente em todas as suas categorias. Na maior parte dos casos, essas mudanças são percebidas mais como ameaça do que como nova oportunidade, e, portanto, suas reações têm caráter fundamentalmente defensivo.

A sociedade forma o educador num processo sem fim e de complexidade crescente e, da mesma forma, controla suas atividades, pois a qualidade técnica e profissional do educador está sempre submetida ao controle social pelos dispositivos legais que lhe atribuem este grau, asseguram-lhe o exercício da docência e lhe proporcionam meios de constante aperfeiçoamento.

A capacitação crescente do educador se faz, segundo Kadlec e Glat (1984), assim, por duas vias; a via externa, representada por cursos de capacitação, aperfeiçoamento, seminários, leitura de periódicos especializados entre outras, e a via interior, que é a autocrítica que cada professor deve fazer, indagando sobre seu papel na sociedade e se, de fato, o está cumprindo.

Em um contexto de evolução acelerada do conhecimento, os autores argumentam que só as pessoas vinculadas às atividades nas quais se produz e se utiliza o conhecimento serão capazes de dominá-lo de modo a poder transmiti-lo. Só docentes profundamente convencidos da capacidade de aprendizagem de seus alunos, serão capazes de contrabalançar de modo positivo as pressões para adequar a oferta educacional as particularidades sociais, culturais ou biológicas presentes em nossas sociedades.

Ensinar não se resume à mera transferência de conhecimentos, uma vez que exige respeito à autonomia e particularidades dos educandos, suas capacidades, seu tempo e modo de aprender, sua condição de aprendiz. Como especificidade humana, ensinar exige comprometimento e a compreensão de que a educação é uma forma de intervenção no mundo e como tal é ideológica e dialógica. Valoriza-se uma atitude investigativa por parte do professor e, sobretudo a consciência de sua natureza inconclusa como sabedor.

De acordo com Fernandes (1993), em tempos de valorização da alfabetização inicial vale ressaltar que os educadores entenderam que o objetivo é ir mais além, é possibilitar ao alfabetizando a apropriação dos saberes vivenciado em sala de aula, como também a consciência da importância da escola para a vida social do aluno.

Essa apropriação implica maior esclarecimento do alfabetizando, maior inserção/participação na comunidade, contribuição para a cidadania, aumento da autoestima, melhoria da qualidade de vida, valorização profissional para o mercado de trabalho.

O ato de ensinar implica numa ampliação da visão de mundo que ele terá no momento em que, alfabetizado, seja capaz de fazer uso da leitura e da escrita. É preciso ampliar os conhecimentos e ultrapassar a visão apenas assistencialista, buscando na educação alternativas que o prepare integralmente, para que se torne um ser social capaz de interagir no meio em que vive.

Percebe-se que a complexidade de ser professor, não está somente em ser professor da Educação Especial, mas sim ser profissional – pessoa e ter a sensibilidade de perceber que o ser humano está inserido no mundo complexo, onde a cultura, a razão, o afeto e a vida em sociedade podem conduzir os diversos caminhos da existência.

Uma educação que desenvolve o conhecimento e a integração na diversidade cultural e que é contrária à exclusão de qualquer cidadão, Castel (2000). O professor que atua na Educação Especial precisa sempre motivar os seus alunos, considerando que a maioria chega à sala de aula desestimulado pelas atribuições do dia a dia, dos conflitos familiares que possam ter.

Nesse sentido, as aprendizagens devem ser contextualizadas à realidade do seu cotidiano de maneira que se tornem significativas e prazerosas. É necessário que o professor que atua com deficiente esteja sempre pronto a provocar em seu aluno que sua condição não caracteriza incapacidade e o mesmo pode desenvolver até habilidades e competências tanto quanto seus pares.

2.2 Alunos da educação especial e a dança: uma expectativa

A dança assumiu várias formas e tem se transformado como a sociedade. Dentro das suas transformações subsidiou um universo de possibilidades para serem incluídas no âmbito educativo.

A capacidade de se expressar por meio do corpo é intrínseca ao ser humano, é uma característica que se aprimora continuamente, desde as civilizações mais antigas. Nessa medida o movimento se constitui em um dos principais meios de interação entre homem e o mundo a sua volta, desde as ações mais

simples até o conjunto de ações simbólicas, e complexas que compõem a arte da dança (LIMA, 2007).

A educação especial tem se constituído como um campo de práticas e de reflexão que visa o desenvolvimento integral dos sujeitos sociais matriculados nesse tipo de ensino, considerando necessariamente as suas particularidades.

O contexto educacional brasileiro permite que as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação sejam inseridas no processo convencional de ensino. Determinação explícita na Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, Título III, Artigo 4º, inciso III que diz: atendimento educacional especializado gratuito aos educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 13 de junho de 2013).

Os benefícios que a prática da dança proporciona para pessoas com alguma limitação seja ela de natureza física, motora, cognitiva, qualquer deficiência, são inúmeras, a saber, inicialmente a melhoria da auto imagem e auto estima, o sistema psicológico e motor, a percepção sensorial, as relações interpessoais, é nítido que os alunos dançantes ganham uma melhor relação com o meio em que está inserido.

Do ponto de vista de Charlot (2000), o sujeito é um ser humano, portador de desejos e movidos por esses desejos; é um ser social, ocupa uma posição em um espaço social e está inscrito em relações sociais; é um ser singular e como tal, tem uma história, interpreta e atribui significados ao mundo e às relações com este estabelecidas.

O grande desejo de muitos educandos integrantes da educação dita inclusiva é participar, ser sujeito ativo na comunidade em que vive, e exercer o direito de cidadão com dignidade. É necessário pensar a dança no contexto escolar tendo como prioridade os processos pedagógicos, que valorizem a humanização, ludicidade, inclusão e os princípios artísticos.

Segundo Laban (1990), a dança na educação tem por objetivo ajudar o ser humano, a achar uma relação corporal com a totalidade da existência. Por isso, na escola, não se deve procurar a perfeição ou a execução de danças sensacionais, mas a possibilidade de conhecimento que a atividade criativa da dança traz.

Deste pressuposto fica evidente que a dança provoca estímulos sensoriais e criativos nos dançantes. A dança é uma prática física que dinamiza os movimentos corporais e assim expressando uma mensagem, funcionando como terapia, reabilitação e até expressão artística.

É importante considerar plausível as necessidades particulares do dançante, limitações e potencialidades, para que o procedimento da dança seja específico e compatível, não colocando o aluno/dançante em situação constrangedora ou de reforço de sua limitação gerando algum sentimento negativo, até mesmo situação perigosa e vexatória.

Padilha (2001), em um trabalho, embasado nas teorias de Vygotsky que propõem a busca dos “pontos fortes” e não dos “déficits”, das pessoas comprometidas com a deficiência; admite ser um fator relevante, mais importante do que reconhecer a deficiência, compreender o desenvolvimento destas, sem deter-se apenas na natureza dos processos patológicos; não que ignore radicalmente os diagnósticos médicos, mas sim compreender como as pessoas enfrentam suas dificuldades, como domina a deficiência, como utilizam suas forças para ultrapassar aqueles obstáculos muitas vezes taxados impossíveis.

A importância atribuída à educação especial requer outra postura bem como outro tratamento dos sujeitos que a compõe. São necessários mais que simples programas de inclusão para que o aluno com deficiência tenha acesso a uma educação que lhes possibilite participar plenamente como cidadão da vida política, econômica e cultural de sua comunidade e do país. A escola, para muitos se constitui no único momento de lazer e de convívio social, as conversas e bate-papos, são formas de estender o leque de amizade. Porém é pertinente ressaltar que os alunos não vivem apenas em ambiente escolar e sim inseridos em uma sociedade e não deve ser privados de circular por toda ela.

CAPÍTULO III - AS MANIFESTAÇÕES E A LINGUAGEM DOS MOVIMENTOS EM NOSSA VIDA

3.1 O movimento e a dança: algumas relações

O movimento e a afetividade se relacionam entre si, partem da necessidade do homem de si movimentar que ocorre espontaneamente. Sampaio (2000) relaciona infância e movimento como sendo partes integrantes do desenvolvimento infantil, afirmando que [...] quando se observa uma criança em seu cotidiano, percebe-se facilmente sua alegria e espontaneidade em movimentar-se livremente. (p. 01).

Durante a infância o movimentar da criança é carregado de emoções, movimento em que a mesma interage com a natureza. Quando está brincando a criança estabelece relações afetivas, com objetos e seus pares e em seus movimentos, as suas ações expressam sentimentos, pensamentos e estruturam a construção da sua personalidade.

O movimento é importante, pois promove relações com os outros e ajuda na construção dos sentimentos individuais e coletivos. Os professores precisam ficar atentos a sua prática pedagógica, afinal, por meio desta pode influenciar significativamente seus alunos.

Existe uma relação de dependência, projetada na figura do professor por causa da conexão estabelecida, principalmente nas séries iniciais na educação infantil, onde se inicia a vida escolar da criança, em que esta imagem, considerando a postura de trabalho, os cuidados e assim toda sua movimentação de acolhedor, estimulam nas crianças sentimentos paternalistas.

Um dos objetivos da Educação Física para o 1º ciclo contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (1997), diz respeito das interações sociais [...] participar de diferentes atividades corporais, procurando adotar uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais (p. 63).

Pereira (1990) reforça essa ideia afirmando que, do início da escolarização até a puberdade, a criança acentua sua orientação a construção da realidade exterior ao passar a dar atenção ao meio e aos outros. Deste modo, ela tende a influenciar e se deixar influenciar pelos

colegas, tornando as trocas que faz com seus companheiros de grande relevância para sua própria evolução afetiva.

É primordial que a criança tenha situações de movimentos de maneira participativa para um bom desenvolvimento físico e mental. Tanto o exposto nos PCN's como o que pontua Pereira, ressalta a importância de um entrosamento entre todos os alunos na escola, para de fato acontecer partilhas e desenvolvimento das áreas afetivas e motoras através também dos movimentos.

Sasaki (1997) comenta que ao observar como acontecem os intervalos e recreios nas Unidades Escolares percebe-se muitas vezes o despreparo e certa falta de interesse dos professores em ofertar esse momento de maneira prazerosa e produtiva.

Não só nas séries iniciais, completa Sasaki (1997), mas até o Ensino Médio é válido buscar desenvolver nestes momentos nas próprias aulas de educação física atividades que corroborem para o desenvolvimento e aprimoramento das funções do movimentar, andar, pular e até se relacionar com o meio. Por não saber o que o futuro nos reserva, aprender a se mover em situações diversas faz parte das competências necessárias a todo ser.

Também fica evidenciado um despreparo de alguns professores que apenas proporcionam aulas mecanizadas, sem atrativos ou ludicidade, e ainda por questões diversas não se entusiasma em promover aulas dinâmicas, prazerosas, contextualizadas, por acreditarem que este desenvolvimento é trabalhoso, deixando assim que os recreios e intervalos tenham apenas bolas, corridas dos alunos nos espaços, sem se quer uma recreação dirigida.

Não é possível promover vivências motoras a seus alunos, sem o prévio conhecimento a respeito das fases do seu desenvolvimento motor, considerando a particularidade de cada um. Porque embora o desenvolvimento das fases de nossas vidas sejam as mesmas, é sabido que cada uma delas acontece de forma diferenciada de acordo com as condições vivenciadas.

Andar, falar, pular são ações que se desenvolvem na infância e se aprimoram com o passar do tempo, porém cada um vai desenvolver segundo sua vivência e o meio que esteja inserido. Vejamos uma criança filha de artistas circenses, tende espontaneamente, ao se considerar o ambiente a que está exposta, desenvolver fala, movimentos mais elaborados e se socializar mais facilmente.

Ferreira (1994) comenta que ao passo que, submetido a uma rotina cotidiana entendida como normal, seu estímulo quanto aos movimentos mais elaborados serão esporádicos. Serão desenvolvidos gradativamente, em suas visitas a parquinhos, brincadeiras na escola, portanto o brincar na educação infantil é muito importante para se estabelecer relações intrínsecas, bem como observar qualquer diferença no curso natural do desenvolvimento.

Como fator intrínseco do processo de desenvolvimento motor temos o crescimento físico, a maturação neurológica e o desenvolvimento cognitivo. Dentro das interações recíprocas estabelecidas durante o desenvolvimento da afetividade, entre os pares, os colegas da escola, e a comunidade inserida, pode se perceber fatores extrínsecos.

Como acontece com o filho do artista circense, mencionado anteriormente, podemos exemplificar como as crianças que moram em chácaras, fazendas em que seu terreno, sua localização apresentem formas diferenciadas, nestes as relações com os meios (relações extrínsecas) provocará vivência motoras diversificadas.

Para um desenvolvimento satisfatório e adequação das singularidades apresentadas pelos alunos deficientes é importantíssimo que os profissionais envolvidos no seu processo de formação, tenham o devido conhecimento sobre as patologias apresentadas pelo mesmo, a fim de cautelosamente respeitar sua particularidade e potencializar suas habilidades.

Para melhor explicar sobre as ações motoras Gallohue e Ozmum (2001) agrupam em três categorias os movimentos: estabilizadores, locomotores e manipulativos.

Na categoria de movimentos estabilizadores estão os movimentos que exigem grau de equilíbrio, como girar, empurrar, puxar e virar. Na segunda categoria agrupam-se os movimentos que envolvem mudanças de localização, como caminhar, correr, saltar.

Dentro da última categoria refere-se aos movimentos relacionados à aplicação de força ou recepção de força de objetos. As categorias podem se combinar como acontece no movimento de pular cordas: envolve a estabilidade (manter o equilíbrio), a locomoção (pular) e a manipulação (girar a corda).

A Escola de Ensino Especial Criança Feliz é uma Unidade de Ensino que atende crianças, jovens e adultos deficientes, que apresentem limitações físicas, intelectual, cadeirantes e outros transtornos globais de desenvolvimento. No período em que visitei a unidade foi possível perceber que todos os movimentos, mesmo não elaborados, mecanizados

e executados com dificuldades, desenvolvidos por alguns educandos, transmitem uma mensagem.

O corpo docente que trabalha com essa clientela tem formação na área específica para atuarem com aluno. São oferecidos momentos de lazer com músicas, oficinas de pinturas e estimulação das artes, momentos com ginásticas, confecção de artesanatos. Desde o cadeirante até o surdo é notório que o movimentar de seus olhos, seus lábios, de seu corpo tem uma finalidade específica, uma linguagem própria.

3.2 Dança: manifestações e benefícios

Em sentido geral, a dança caracteriza-se pela arte de mover o corpo. De acordo com Verderi (2009): “O homem primitivo dançava por inúmeros significados: caça, colheita, alegria, tristeza, O homem dançava para tudo que tinha significado, sempre em forma de ritual”.

Uma das expressões de dança do homem desencadeou através da linguagem gestual, onde com sinais, gestos e expressões fisionômicas caracterizaram vários ritmos. Acredita-se que por meio da dança ocorreu as primeiras manifestações de comunicação entre os homens.

Hipoteticamente alguns autores registram que os primeiros movimentos entendidos como dança surgiram ainda na Pré-História, onde conjugavam os sons dos pés que batiam no chão e os sons das palmas por bater as mãos.

Os gregos usavam a dança nas comemorações nos jogos olímpicos. É pertinente afirmar, que a dança é uma das três principais artes cênica da Antiguidade, juntamente com a música e o teatro.

Na área pedagógica a dança estimula e provoca o desenvolvimento global do educando, facilita sua aprendizagem e auxilia na construção do conhecimento. Em 1997, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, a dança foi incluída pela primeira vez na história do país, como disciplina.

Seus objetivos principais seriam “valorizar diversas escolhas de interpretação e criação em sala de aula e na sociedade, situar e compreender as relações entre corpo dança e

sociedade e buscar informações sobre dança em livros e ou em conversas com profissionais” (BRASIL, 1997).

Em 29 de abril de 1982, foi instituído pela UNESCO o dia internacional da dança, em homenagem a Jean-Georges Noverre, criador do balé-moderno. A dança se manifesta muito particularmente e com características próprias de acordo com a localidade e ocasião, e se faz presente em toda história da humanidade.

Neste aspecto se percebe a dança como manifestação cultural de um povo, que traduz seus costumes, crenças, manifestações de agradecimentos, em caráter comunicativo, onde se traz e transmitem uma mensagem.

Historicamente a dança retrata a cultura de um povo as manifestações locais de cada região do Brasil, algumas vezes de forma também difundida. Durante o período de carnaval em nosso país é costume festejar com danças que se apresentam de formas diferentes em cada região, porém cada uma delas com suas características peculiares e distintas, embora em alguns aspectos se assemelhem.

No estado da Bahia durante o carnaval a dança se apresenta em ritmos de axé, pagode, samba de roda, no mesmo período no estado do Recife a dança está representada no frevo, maracatu.

A dança pode se manifestar de diversas formas, como arte, cultura, lazer. O signo do movimento da dança é que determina sua classificação. O balé tem sua linguagem própria, as danças mais populares como hip-hop, funk, samba, são também determinadas de um período, e tem um propósito em cada tempo.

Não é suficiente apenas os alunos alcançarem uma compreensão dos movimentos, é importante que consigam correlacioná-los em suas diferentes relações sociais vividas. Partindo desse pressuposto, as atividades precisam ser organizadas de modo mais diversificado possível intuindo o envolvimento dos alunos na sua singular formas de ser.

Essa correlação do movimento com sua vivência de modo que facilite e envolva o aluno, é presente no que percebi durante a observação do ensaio do Projeto Pés?, que trata-se de um projeto que busca criar e provocar movimentos expressivos, usando como técnica principal teatro-dança. Os que participam deste projeto não são apenas estudantes matriculados regularmente na rede de ensino, o que torna mais fantástico e proveitoso os trabalhos por eles desenvolvidos, fazendo-se de fato uma inclusão. Não são separados por suas particularidades, pois as patologias dos integrantes do grupo vão desde limitações

motoras, intelectual, de comunicação, como também os que apresentam cognitivo preservado, no critério idade também não existe um padrão, o que se faz primordial é a disponibilidade para participar dos ensaios e apresentações.

Dentro da metodologia e desenvolvimento do projeto Pés?, considerando a formação da equipe responsável, e as etapas do processo até que seja finalizada em forma de espetáculo, confirmo a ideia de conhecer para saber o que, e como agir diante de uma realidade. Após o desenvolvimento do laboratório por eles realizado, para conhecer as limitações dos alunos, partem pra o estudo de cada movimento, assim estabelecem como fazer uso deste. Essa articulação de teoria e prática sempre faz a diferença para que o trabalho seja ele de qualquer natureza, alcance a eficácia e satisfação.

A dança se manifesta de forma espontânea, técnica ou elaborada. Os movimentos podem ser estudados, aprendidos, criados, de acordo com a capacidade e habilidade de cada ser dançante, considerando seus valores, e o meio em que esteja inserido.

Arruda (1988) comenta que é importante ressaltar que todas as manifestações da dança precisam ser respeitadas, por entre tantos outros motivos, por se tratar de uma manifestação natural do corpo e retratar culturalmente uma característica de um povo em seu tempo.

A arte do movimento, além de desenvolver as formas individuais e coletivas de expressão, de criatividade, de espontaneidade, concentração, autodisciplina, promove uma completa interação do indivíduo e um melhor relacionamento entre os homens. (ARRUDA, 1988, p.15)

No âmbito educacional a dança aparece como conteúdo das disciplinas de Arte e Educação Física, estreitamente interligadas embora possa também ser mencionada em outras disciplinas, como História, Filosofia.

O trabalho pode ser desenvolvido de forma interdisciplinar entre essas áreas, sendo importante registrar que o propósito da dança é diferente para educação física que pode ser inserida como cultura corporal de movimento humano e na disciplina de Arte, pode se trabalhada na linguagem artística, de forma de expressão, socialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se considerar as questões abordadas neste trabalho, tenho como desfecho a necessidade urgente de um questionamento sobre os limites do corpo, o redescobrimto das manifestações da dança, do processo de inclusão em si, do trabalho pedagógico e artístico aplicado e desenvolvido com os alunos deficientes ou que apresentem alguma diferença motora, sensorial, cognitiva.

É importante repensar as aulas de educação física no que concerne principalmente ao aluno inclusivo, que deve ser inserido em um processo sistemático na cultura corporal do movimento, oportunizando a este um desenvolvimento humano. A dança evoluiu como conhecimento científico, sendo considerada atividade educacional dentro do âmbito interdisciplinar contextualizado.

No âmbito educacional em particular dentro da educação especial, a prática de ensino, de lazer e recreações e até mesmo de ensinagem, com atividades que envolvam danças e movimentos corporais de toda e qualquer natureza, precisam ser minuciosamente planejadas para sua devida aplicabilidade, pois se sabe que entre tantos outros benefícios, esta postura estimula socialização e desenvolvimento global e biopsicossocial do sujeito a ela submetido.

Todo o processo de educação inclusiva se constitui principalmente como tarefa de sensibilização dos profissionais que atuam com esse sujeito, de adaptação das políticas, da adequação curricular e prática das escolas e da própria família e até mesmo do próprio ser, pois também este precisa ter conhecimento dos seus direitos, para assim adquirí-los e fazer uso desses.

Permeada por uma relação de ajuda e autocuidado, o respeito às limitações, desencadeou na descoberta de potenciais, que solidificou uma autonomia, melhora da autoestima e conseqüentemente da qualidade de vida.

Enquanto educadora devo estimular os educandos com deficiência propondo atividades desafiadoras e motivando assim a superarem suas limitações, sem pressionar, respeitando- o.

Considerando os resultados apontados dentro do estudo dirigido através de documentos, pesquisas, artigos, pesquisas eletrônicas, partilhas em fóruns, entre outros é

salutar que a dança beneficia os alunos deficientes nos aspectos humanos, nos relacionamentos interpessoais e principalmente com a sua autoimagem.

Dentro de toda essa observação é necessário reforçar a importância da participação da família, dos professores, amigos e demais que direta ou indiretamente estejam em contato com esse educando, quer na escola, no grupo de dança, ou outro meio social.

Como experiência própria durante o desenvolvimento deste trabalho, percebi que minha prática de ensino como futura educadora física tem grande importância, e este momento me faz desde já pensar e avaliar que postura enquanto profissional vou desempenhar considerando a possibilidade de no decorrer de minha profissão deparar-me com um educando com características atípicas a qual eu tenha que desenvolver um trabalho principalmente de respeito e credibilidade na condição do mesmo. Uma coisa tenho por certeza, serei eu a mais compensada por tal experiência.

O educando deficiente que dança demonstra através de seus movimentos e expressões desejos, anseios, se comunicam. Algumas barreiras ainda precisam ser derrubadas, é preciso acreditar, incentivar, fazer a diferença para que um dia bem próximo, aconteça de fato a inclusão social com respeito, sem que sejam necessários grupos específicos e distintos que separam e classificam seres que na verdade tem uma mesma essência, são seres humanos com capacidades e habilidades singulares.

O trabalho utilizando a dança resulta satisfatoriamente nos aspectos de aprendizado não das disciplinas escolares como também estimula a percepção, comunicação, interpretação, memória, tempo, espaço.

O sujeito exposto a esse trabalho seja como lazer, como cultura, atividade física, de qualquer maneira, apresenta um ganho em vários aspectos que proporcionam uma melhor qualidade de vida e uma nova relação com seus pares, modificando suas relações intrínsecas e elevando autoestima.

Consideravelmente muito já se tem feito e efetivado no âmbito da educação especial/inclusão, mas ainda existem empecilhos sociais, econômicos e políticos que travam o andamento do processo inclusivo, marginalizando os menos favorecidos, desencadeando uma injustiça social.

O que impulsiona antes todas as condições apresentadas, entre ganhos e entraves é o fato que a luta em prol de condições melhores para todos precisa de continuidade sempre, uma mobilização para conscientização da participação de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIBAS, Teresa. **A Educação Física de 3 a 8 anos**. Porto Alegre; Artes Médicas, 2002.

ARRUDA, Solange. **Arte do movimento: as descobertas de Rudolf Laban na dança e ação humana**. São Paulo: PW Gráficos; Editores Associados, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei 9.394/96**. Brasília/DF: Centro Gráfico, 1996 a.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^{os}. 1/92 e 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1-6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

_____. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

_____. Lei n^o 9424 de 24 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**.

_____. Lei Federal 8069/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ed. Palloti, Santa Maria, 1996 b.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação – PCNs**. Congresso Nacional, MEC, Brasília/DF: Centro Gráfico, Brasil, 2001.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS (Jontiem, Tailândia, 1990). Disponível no site: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086297por.pdf>. Acesso em 06/08/2013.

CARMO, Apolônio A. **Deficiência Física: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina**. Brasília: Secretaria de Desportos PR, 1991.

CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão**. In: BÓGUS, Lúcia, YAZBEK, Maria Carmelita e BELFIORE-WANDERLET, Mariangela (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ., 2000.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948) Disponível no site: <http://openlink.br.inter.net/aids/declaracao.htm>. Acesso em 05/08/2013.

FERNANDES, S. M. M. **A educação do deficiente auditivo: um espaço dialógico de produção de conhecimento**. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

FERREIRA, Júlio Romero. **A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência**. Piracicaba: Unimep, 1994.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. **Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização.** In: Souza, D. B & Faria, L. C. M (Orgs) **Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB**, pg. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GALLAHUE, David e OZMUN, John. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos.** São Paulo: Phorte Editora.

KADLEC, V. P. S e GLAT, R. **A criança e suas deficiências: métodos e técnicas de atuação psicopedagógica.** Rio de Janeiro: Editora Agir, 1984.

LABAN, Rudolf. **Dança educativa moderna.** São Paulo: Ícone, 1990.

LIMA, Cícera A. **A Influência das Atividades Rítmicas no Desenvolvimento Psicomotor.** Monografia de Educação Física. Presidente Prudente: UNESP, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér ET alli. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre tema.** São Paulo, Memnon, Editora SENAC, 1997.

MARQUES, Isabel A. **Dançando na escola.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Ensino de dança hoje: textos e contextos.** São Paulo: Cortez, 1999.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão sócio-educacional.* São Paulo: Mackenzie, 2002 (Cadernos de Pós-Graduação; 7).

OMOTE, S. Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 1 (2), pg. 65-74, 1994.

PEREIRA, O. S. Educação integrada: somos todos responsáveis. **Revista Integração**, 3(6), 16-17, 1990.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VERDERI, EB. **Dança na escola: uma abordagem pedagógica.** São Paulo: Phorte, 2009.